

DESPACHO DE PENHORA DE BENS

Processo: 2023/0456 – Burla Informática por Phishing – Transferências Fraudulentas de €32.000

Autor: Ministério Público – Secção de Instrução Criminal do Tribunal Judicial de Lisboa

Réu: João da Silva, residente em Rua da Palma, n.º 45, 1.º Esq., 1150-064 Lisboa, NIF 123 456 789

Juiz de Instrução Criminal n.º 4: Dr. Carlos Mendes

Lisboa, 15 de março de 2024

I. Antecedentes de facto

1. Nos termos do inquérito policial n.º 2023/112, o réu João da Silva foi acusado de prática de burla informática, prevista no artigo 217.º do Código Penal, por ter, entre 10 e 25 de março de 2023, efetuado, mediante técnicas de *phishing*, a transferência de €32 000,00 (trinta e dois mil euros) de contas bancárias de terceiros para contas de sua titularidade.
2. Em sede de instrução, restou comprovado, através de perícia informática (laudo n.º 2023/08-PE), que as transações foram realizadas de forma fraudulenta, configurando o delito descrito.
3. O Ministério Público, nos autos da presente ação penal, requer a restituição integral do montante lesado ao(s) ofendido(s), nos termos do artigo 81.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, bem como a satisfação da dívida civil decorrente da prática delituosa.
4. A defesa, representada pelos advogados Dr.ª Ana Pereira (OA 12345) e Dr. Luís Carvalho (OA 67890), contestou a existência de bens penhoráveis suficientes, mas não impugnou a validade da dívida nem a necessidade de garantir a sua execução.

II. Fundamentação jurídica

1. O pedido de penhora encontra amparo no artigo 660.º do Código de Processo Civil (CPC), que autoriza a prática de medidas executivas para assegurar o cumprimento de obrigação pecuniária, inclusive quando decorrente de decisão criminal.
2. Nos termos do artigo 81.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, a reparação do dano causado por crime pode ser exigida no âmbito da ação penal, devendo ser satisfeita mediante a realização de atos executórios que garantam a efetividade da decisão.
3. O princípio da **efetividade** da execução, consagrado no artigo 2.º do CPC, impõe ao Juízo a adoção de todas as medidas necessárias à satisfação da dívida, nomeadamente a penhora de bens suficientes e adequados.
4. A jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça (Acórdão de 12 de outubro de 2021, processo n.º 1234/21.5T8LSB) reconhece a possibilidade de penhora de bens móveis, imóveis e direitos patrimoniais, ainda que o devedor alegue insuficiência de património, devendo o juiz apreciar a razoabilidade e proporcionalidade da medida.

III. Decisão

1. **Autoriza** a prática de penhora dos bens indicados na Tabela 1, a fim de garantir a satisfação da dívida civil no montante de **€32 000,00 (trinta e dois mil euros)**, acrescida de juros legais e custas processuais, nos termos do artigo 666.º do CPC.
2. **Determina** a expedição de mandado de penhora a ser cumprido pelo Oficial de Justiça, com a cooperação dos serviços de finanças e do Banco de Portugal, nos termos do artigo 667.º do CPC.
3. **Fixa** o prazo de **10 (dez) dias úteis** a contar da data de notificação deste despacho para que o réu, por seu intermédio, indique eventual bem a ser objeto de substituição ou ofereça garantias alternativas, nos termos do artigo 672.º do CPC.

4. **Intima** o Ministério Público, bem como a defesa, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, se manifestem sobre a lista de bens a penhorar, podendo requerer a inclusão ou exclusão de itens, nos termos do artigo 669.º do CPC.
5. **Designa** perito avaliador, Dr.ª Sofia Ribeiro, do Instituto de Avaliações e Perícias (IAP), para proceder à valoração dos bens móveis e imóveis penhorados, devendo apresentar o laudo no prazo de **20 (vinte) dias úteis**.
6. **Determina** a anotação preventiva da penhora nos registos competentes (Registo Predial, Registo de Veículos e Registo de Propriedade Industrial), conforme previsto nos artigos 674.º e 675.º do CPC.
7. **Fica** o réu advertido de que a inobservância das obrigações impostas neste despacho poderá conduzir à conversão da penhora em **penhora de bens de terceiros** (artigo 679.º do CPC) ou à aplicação de medidas coercitivas adicionais, nos termos da lei.

Tabela 1 – Bens a penhorar

Nº	Descrição do bem	Identificação	Valor de avaliação (€)	Observações
1	Veículo automóvel – Marca <i>Toyota</i> , modelo <i>Corolla</i> , matrícula 12-34-AB	1ª matrícula – 2020	12 500,00	Veículo em uso pessoal; penhora até 50 % do valor
2	Imóvel – Apartamento T2, Rua de São Bento, n.º 78, 3.º Dto., 1200-123 Lisboa	NIF do proprietário: 123 456 789	180 000,00	Penhora limitada a 20 % do valor, conforme propor- cionalidade
3	Conta bancária – Banco <i>Caixa Geral de</i> <i>Depósitos</i> , IBAN PT50 0002 0123 4567 8901 2345 678	Titular: João da Silva	15 000,00	Bloqueio de quantia até €32 000,00
4	Direitos sobre ação judicial – Processo n.º 2022/0789 – Reivindicação de crédito de €8 000,00	Autor: João da Silva	8 000,00	Penhora total do crédito

Valor total dos bens penhoráveis: €215 500,00 (duzentos e quinze mil quinhentos euros).

IV. Comunicação

- **Notificação** ao réu João da Silva, por carta registada com aviso de receção, bem como por meio eletrónico certificado (e-mail institucional).
 - **Intimação** ao Ministério Público (Secção de Instrução Criminal) e à defesa (Dr.ª Ana Pereira – OA 12345; Dr. Luís Carvalho – OA 67890).
-

V. Conclusão

Este despacho, proferido nos termos da lei e da jurisprudência aplicável, visa assegurar a efetiva satisfação da dívida civil decorrente da prática delituosa de burla informática, garantindo, assim, o direito de reparação da(s) vítima(s) e a preservação do princípio da legalidade.

Publique-se.

Dr. Carlos Mendes

Juiz de Instrução Criminal n.º 4

Tribunal Judicial de Lisboa